



Ministério da Saúde  
**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



**MARIA BÁRBARA ARAÚJO DO NASCIMENTO**

**SUS COMO MERCADORIA OU DIREITO?**

**Análise dos planos de governo dos presidentiáveis nas eleições de 2014-  
2018**

**Rio de Janeiro**

**2019**

## **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SAÚDE**

### **SUS COMO MERCADORIA OU DIREITO?**

**Análise dos planos de governo dos presidenciáveis nas eleições de 2014-  
2018**

**Por**

**MARIA BÁRBARA ARAÚJO DO NASCIMENTO**

Trabalho apresentado ao Instituto de  
Comunicação e Informação Científica e  
Tecnológica em Saúde, da Fundação  
Oswaldo Cruz

**Modalidade de trabalho:** Projeto de pesquisa

**Orientador:** Prof. Dr. Wilson Couto Borges.

**Rio de Janeiro, março de 2019.**

## RESUMO

O presente projeto de pesquisa objetiva a realização de uma investigação acerca da produção dos sentidos relacionados a partir dos planos de governo oficializados nas candidaturas presidenciais remetidas ao Tribunal Superior Eleitoral nos respectivos anos de 2014, em que acirraram a disputa, principalmente, Aécio Neves e Dilma Rousseff; e em 2018, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. A partir destas propostas serão realizadas análises que visam saber se direito à Saúde e a permanência do Sistema Único de Saúde (SUS) vem sendo apresentada nos respectivos planos. Partindo da perspectiva do Mercado Simbólico como um modelo de comunicação e apropriação de sentidos, e da Comunicação & Saúde, que busca conjugar princípios norteadores do SUS. A análise buscará, considerar a ideologia e as configurações que atravessam os indivíduos através das eleições, acionando a relação do processo de representação do Estado entre esfera pública e privada dentro do contexto ideológico neoliberal, disseminado através da reconfiguração ideológica de livre mercado, que vem reformando o SUS por dentro desde seu processo de firmação Constitucional. Contrariando, portanto, os preceitos defendidos pelo Movimento de Reforma Sanitária Brasileiro, atuante no processo de institucionalização do sistema de Saúde único e igualitário na década de 1970. A temática será tratada a partir da perspectiva da Comunicação & Saúde como campo articulado e nos deteremos ao delineamento de como cada plano trata esse conteúdo, a correlação de forças existentes no SUS, e a forma que os planos ganham visibilidade pública, buscando, portanto, compreender as tensões contidas a respeito do direito à Saúde e os posicionamentos políticos dos presidentiáveis para processo de construção e permanência da cidadania.

Palavras-Chave: Comunicação e Saúde. Neoliberalismo. Política Eleitoral. Sistema Único de Saúde.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. PROBLEMA DE PESQUISA.....	8
3. OBJETIVO GERAL.....	10
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
4. JUSTIFICATIVA.....	11
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE.....	13
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
6. METODOLOGIA.....	31
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
8. CRONOGRAMA.....	39

## 1. INTRODUÇÃO

A presente proposta de investigação é fruto do condensamento das experiências acadêmicas e pessoais vivenciadas, principalmente a partir da graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Como bolsista do “Grupo de Pesquisa sobre Política Social e Desenvolvimento” (GPODE) houve a participação da pesquisa intitulada “Financiamento das ações de combate à pobreza no Governo Dilma Rousseff”, que possibilitou o aprofundamento da reflexão acerca da correlação de forças existentes nas lutas sociais. Que privilegiou a relação do financiamento das políticas sociais, se dando principalmente pelos projetos de lei, medidas constitucionais, decretos e assinaturas orçamentárias, tornando possível a visualização das variações nos sistemas de Proteção Social e sua importância no ambiente social.

A partir daí, foi possível constatar que o Fundo Público é fundamental na manutenção das políticas sociais, não sendo uma ferramenta meramente contábil, pois possui caráter político, uma vez que, por estar inserido no contexto social de um sistema de crises inerentes do próprio capitalismo contemporâneo, o Estado adota medidas anticrises sugeridas por grandes agências financeiras, como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), visando a destinação dos recursos arrecadados socialmente na formação do fundo à reprodução do Capital em seu sistema de supercapitalização, em prol da diminuição dos valores que deveriam ser destinados, por exemplo, à Seguridade Social, mesmo que seja um comprometimento constitucional.

Nesse contexto, a graduação foi finalizada sobre a indagação de como se dão esses processos de apropriação de sentidos de Saúde a partir da população, já que existe uma enorme diversidade no que é produzido científica ou popularmente, vão ganhando circularidade e “verdades” vão sendo produzidas, principalmente através dos meios midiáticos, então meu foco passou a ser a Saúde, como era a apropriação a partir das diversas visões, já que se trata de um campo interdisciplinar e fundamental para a vida. Essa indagação trouxe a necessidade da busca por respostas em um próximo nível acadêmico.

Com o ingresso no curso de Especialização em Comunicação e Saúde, ficou mais aguçada a percepção de que os embates teóricos e ideológicos da macroestrutura social se dão concomitantemente à circularidade dos sentidos, existentes no cotidiano da dinâmica social, em uma junção de várias microestruturas. Também tornou-se mais clara a percepção de que tal construção não se dá apenas através dos veículos de comunicação – em especial a disputa dos sentidos que constroem a conformação ideológica hegemônica – apesar dela fazer parte de uma significativa parcela, vários outros saberes são atravessados, e não devem ser deslegitimados.

Consequentemente, foi mostrando que o prévio pensamento acerca dos veículos de comunicação em massa como rádio e TV como “formadores” de opinião, apesar de ser pertinentes e fortalecidos historicamente esses veículos não dão conta de sozinhos de organizar ou gerir tal movimento de massificação do saber sob um olhar único, assim como esses próprios veículos não são munidos de neutralidade, sendo incapazes de expor a forma que essa correlação de força dentro da passagem de informação se dá, sem que haja um espaço de interação.

“O acesso não está garantido pela oferta ou pela simples adequação de códigos a um perfil médio dos desejados receptores, mas pela articulação dos contextos de circulação e apropriação” (ARAÚJO E CARDOSO, 2007, pág. 66). As autoras expõem que o processo de exercício do poder simbólico se dá principalmente na circulação, pois é nele que há silenciamento de falas e amplificação das desigualdades, consequentemente, da manifestação do poder sobre determinadas vozes, sendo, portanto, as redes de comunicação o principal local de luta pela hegemonia. “Uma estratégia de comunicação pode, então, ser vista como o modo como se participa do mercado simbólico” (Idem, 2007, pág. 75).

Assim sendo, é possível perceber que todo o processo de formação social é fruto dessas grandes disputas por hegemonia ideológica, que atravessam a estrutura macro-política e o modelo de Estado que se põe em prática. Essas políticas estão relacionadas às particularidades do cotidiano sob determinada estrutura já estabelecida, que permeiam o que é público e privado e buscam

legitimidade na correlação de forças. Portanto, no poder simbólico, dos grandes projetos de classe e de organizações sociais.

Coutinho (2010) sinaliza que independente do indivíduo se basear ou não em uma ideologia orgânica, existe uma relação hegemônica que se estabelece através das crenças e valores, que são enraizadas pelo senso comum, ou seja, mesmo que haja questionamentos acerca de determinadas questões, como em eleições, em confronto de ideias, cada pessoa é composta ideologicamente dentro de uma determinada concepção de mundo, muitas vezes fazendo juízo de situações sem que de fato haja uma reflexão direta da composição determinado pensamento. O autor ainda salienta, por exemplo, que dentro do modo de produção capitalista até mesmo quem se posicione contrariamente a este modo de organização social, carrega valores que são capazes de garantir a permanência reprodutiva desse modo de organização social.

Diante disso, começa a se tornar perceptível que a esfera democrática de um país que é capaz de garantir direitos construídos historicamente sim, porém, perpassam pelo poder simbólico dos fatos e das relações que vão desde os interesses de classes e da formação social amplificada, como interesses individuais, coletivos, econômicos, políticos, culturais etc. ambos sem neutralidade, já que somos seres formados socialmente dentro desse emaranhado de informações e intenções distintas.

A partir dos acúmulos experienciados nesta especialização, passei a refletir acerca do sentido de Saúde nas eleições, onde e como ela é exposta dentro dos planos eleitorais, parecendo ser um importante objeto a ser investigado. O tema talvez tenha sido eleito como mais apropriado por ter sido desenhado em meio a uma acalorada disputa eleitoral, onde pessoalmente houve muitas dúvidas e embates internalizados, que necessitavam de análises, já que estava no cerne das relações de poder era enfrentada durante a vida pessoal e os debates encontrados no curso.

Não há a intenção de aprofundar sobre debates entre candidatos ou uma análise de discurso, apesar de compreender que nada está “solto”, então os processos eleitorais dos anos a serem analisados serão as eleições de 2014 e as de 2018, pois é entendido que ambos processos sofreram especificidades que

atravessam dos meios às mediações (BARBERO, 2015), assim como constantes mudanças ocorridas nos marcos legais da Saúde nos últimos cinco anos no Brasil, ambos relacionados a jogos contraditórios, embates políticos, econômicos e sociais e novas interações na apropriação de sentidos dentro dos ambientes digitais, que fez com que a população se sentisse mais próxima dos direcionamentos políticos de cada candidato.

Portanto, é visto que os planos de governo dos presidencialistas são responsáveis pela produção de sentidos, com grande circularidade dentro da dinâmica social em épocas de disputas eleitorais, sendo teoricamente responsáveis por, a partir dos textos, carregarem as diferentes visões existentes. A palavra ali contida, seja ela verbal ou não verbal, manifesta atos de compreensão e interpretações da realidade expondo metas a serem assumidas e fazendo com que os cidadãos venham a se identificar com um e não com outro projeto. Pois até mesmo aqueles que se denominam “neutros” através desse posicionamento já demonstram intencionalidades.

Serão trabalhados conceitos interdisciplinares voltados à saúde, comunicação e sociologia, visando uma aproximação dos direitos sociais a partir da perspectiva da cidadania com análises de Carlos Nelson Coutinho. Assim como a formação dos discursos analisados por Mikhail Bakhtin, assim como os conceitos de Ideologia de Karl Marx, e a formação hegemônica a partir da cultura exposta por Gramsci. Também será utilizado o poder simbólico de Bourdieu, assim como a perspectiva da comunicação como Mercado Simbólico de Inesita Araújo (2004).

Ambos conceitos serão utilizados visando uma aproximação reflexiva sobre os processos eleitorais, sua responsabilidade na continuidade e melhora dos direitos sociais e na explanação do que envolve a política eleitoral e a política de Saúde como cidadania.

## 2. PROBLEMA DE PESQUISA

Uma vez que as eleições presidenciais servem para que os eleitores firmem seu compromisso como cidadãos detentores de direito ao voto. Ela também serve para que ocorra um gerenciamento mais adequado das demandas colocadas ao Estado e sua população, através do seu sistema democrático. Porém esse processo necessita de determinadas análises, já que cada eleição traz representações de projetos de classes diferentes, fazendo com que as vésperas das eleições, diversas instituições que representam grupos, movimentos sociais, sociedade civil e principalmente a mídia, tanto tradicional quanto alternativas, voltem seus olhares às análises comparativas dos planos de governo apresentados pelos candidatos. Como esse documento pode vir a ser tão fundamental na formação de um ideário social? Quais os sentidos que são acionados durante sua exposição? Por que existe um Plano de Governo? Qual sua real função social? Como ele poderia garantir a meta estabelecida?

Apesar dessa comparação não ser algo novo e inovador, principalmente se essa se der especificamente pelos eixos, classificando como “certo” ou “errado” numa mera ambiguidade superficial, acredita-se nesse projeto que haja uma forma de análise possível e aprofundada que vise essa comparação em forma de cruzamento, buscando não apenas as diferenças ou semelhanças, mas até onde as propostas contidas nos planos de governo podem trazer um direcionamento específico, com cargas ideológicas marcadas e como isso pode acarretar ao SUS mais mudanças, já que previamente é possível afirmar que o processo que o sistema de saúde vem ocorrendo principalmente “por dentro” desde seu processo de institucionalização.

A partir de então, meu olhar se voltou a essa temática baseada no campo articulado da Comunicação & Saúde. Pois são dois campos articulados fundamentais para a continuidade e fortalecimento das frentes de defesa contra a privatização do SUS, sua conexão está intrinsecamente ligada ao acesso ao direito de liberdade e a vida. Essa perspectiva de se olhar o direito é necessariamente um outro modo de olhar a saúde. De maneira mais específica, trata-se de um processo pelo qual é possível fazer emergir correlação de forças

existentes dentro dos dois campos, fazendo da lente “Comunicação & Saúde” muito apropriada para a continuidade na luta pela integralidade, equidade e universalidade da Saúde no Brasil.

A partir desses precedentes, as principais perguntas motivadoras desta proposta de pesquisa consistem em querer saber o que está sendo anunciado como projeto para a Saúde? Até onde os processos eleitorais são capazes de expor as intencionalidades para o SUS? Esses planos condicionam a permanência e o fortalecimento do SUS conforme firmado nos preceitos constitucionais? E como ocorreram mudanças tão significativas nos textos constitucionais que garantem a ampliação da iniciativa privada na participação do SUS, já que teoricamente tivemos processos eleitorais com planos de governos tão distintos nas duas últimas eleições?

### 3. OBJETIVO GERAL

O principal objetivo dessa pesquisa é analisar o que está sendo anunciado para a Saúde pelos principais candidatos à Presidência da República nas eleições de 2014 através da disputa que levou Aécio Neves e Dilma Rousseff ao segundo turno, e 2018 com Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, dentro dos respectivos planos eleitorais, remetidos ao cartório eleitoral no ato da candidatura, assim como, se direito ao SUS é tematizado nas metas de governos; Visa também salientar as estratégias comunicativas acionadas, visando uma busca pelo direcionamento da política de Saúde a partir das campanhas eleitorais dos anos selecionados.

#### 3.1 Objetivos Específicos

- Mapear e comparar as concepções das propostas para a Saúde nos respectivos planos eleitorais dos candidatos que disputaram os segundos turnos dos anos de 2014 e 2018, visando um levantamento dos principais direcionamentos das políticas de Saúde.
- Analisar as estratégias enunciativas acionadas que vinculam e compõem a corrida presidencial dentro desses planos, através do desenho, forma, posicionamento físico das propostas de saúde contidas caso haja;
- Identificar os sentidos que circularam durante as respectivas eleições acerca da Saúde, se são vistos como direito à cidadania, e como se dá o dinamismo do ideário neoliberal na formação ideológica social.

#### 4. JUSTIFICATIVA

Os processos eleitorais fazem parte do sistema de organização social pautado no ideário democrático desde o início do século XVIII, onde os indivíduos detentores de seus direitos políticos (BEDIN e NIELSSON, 2013) exercem através do voto, a função de eleger um representante que politicamente correspondam suas expectativas em relação à organização do Estado durante o período eleitoral determinado. Diante disto, no processo de preparação para as disputas eleitorais ocorrem não apenas as disputas que personificam o “rosto” que irá representar o país frente às questões políticas, econômicas e sociais, mas envolve um emaranhado de questões, ideais e modelos de organização sociais distintos, que fazem refletir na cotidianidade da população.

É através dos planos de governo que os candidatos a qualquer que seja o cargo que venha vislumbrar, expõem suas ideias e posicionamentos das suas perspectivas ideológicas, tornando o seu plano, um primeiro objeto de evidências que visem ressaltar suas perspectivas práticas e operacionais através da apresentação de metas a serem viabilizadas, por meio da exposição de ações, programas e projetos que vislumbrem realizar ao longo de um período determinado.

Esses planos buscam o alcance de públicos e interesses distintos, que são alcançados tanto direta quanto indiretamente, já que a diversidade social é incalculável, pois vivemos em rede de sentidos que se cruzam o tempo inteiro (ARAUJO e CARDOSO, 2010). Contudo, esses planos assim como a própria formação dos indivíduos, não são capazes de deter imparcialidade, são programados para direcionar valores, posturas e diretrizes, fazendo com que todo período eleitoral seja estrategicamente direcionado a públicos que se identifiquem com seus projetos e viabilizem suas posses, fazendo, portanto, do plano de governo a configuração de um plano de comunicação, já que ambos visam o cumprimento de determinada finalidade.

A escolha do presente projeto de pesquisa se dá a partir de uma preocupação acerca da continuidade do SUS dentro da agenda pública como a principal política de saúde do Brasil, assim como defendido pelo Movimento de

Reforma Sanitária brasileira (MRS). Trata-se de uma empreitada que visa a exposição de elementos que busquem uma compreensão contextual dos sentidos contidos nos presentes nos planos eleitorais dos principais candidatos concorrentes nas duas últimas eleições presidenciais realizadas no Brasil, para que seja possível uma análise comparativa acerca de qual a importância a Saúde Pública no país a partir das disputas eleitorais, que também consistem em disputas por projetos de classes teoricamente distintos, já que parte-se do pressuposto que os últimos concorrentes a presidência são de partidos que representam ideários sociais superficialmente opostos.

É sugerido o cruzamento das propostas contidas nesses planos para o setor Saúde, assim como as fundamentações e intencionalidades que cada plano de governo é apontado em relação aos princípios e diretrizes do SUS, sem desconsiderar o movimento dialético, histórico e social em que as eleições ocorrem. Assim como a investigação de como são acionadas as estratégias comunicativas que faz com que os indivíduos se identifiquem e se apropriem de determinados posicionamentos ideológicos que garantem a candidatura das mais diversas figuras que ascendem politicamente.

A partir das perguntas norteadoras, espera-se que as análises das informações contidas nos planos de governo, nos permitam a identificação de marcas que apontem parte dos compromissos que os candidatos pretendem vir a assumir, numa comparação, por exemplo, com a agenda econômica (também contida nesses planos) já podem indicar, na origem, a preservação ou a aceleração de um desmonte de uma política pública como o SUS. Nesse sentido, mostrar que uma política pública é valorizada ou desvalorizada já no registro eleitoral de uma campanha de eleição presidencial é pertinente para que haja um rastreamento das intencionalidades neles contidos.

Essa pesquisa se torna relevante, pois, no estado democrático de direito, é nas eleições que um novo projeto se articula e se redesenha, e independente do lado, a Saúde está na centralidade da vida humana.

#### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE.

As características campanhistas como modelo hegemônico surgem 1920 e são predominantes até os anos de 1960 no Brasil, mantiveram um caráter vantajoso quando relacionado a determinados momentos políticos, onde ocorria culturalmente uma espécie de “personificação” das ações, fazendo medidas adotadas para a saúde serem vinculadas a determinadas figuras políticas, que desempenhavam as políticas sociais ligadas a sua imagem, sem que de fato houvesse a institucionalização da Saúde como direito constitucional (CARDOSO, 2001).

É criado em 1964 o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), fazendo com que todas as instituições sociais que contavam com caixas de aposentadorias e pensões que ligavam a Saúde a um direito do trabalhador que contribuísse fossem fundidas neste Instituto, que também não durou por muito tempo.

[...] a partir da eliminação dos trabalhadores da gestão do INPS em 1972, culminando com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1974 e a estruturação do SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social em 1977. Estas mudanças na organização do sistema de Seguridade Social indicam uma outra característica marcante deste processo que foi a separação da função de capitalização da Seguridade, com a criação de novos mecanismos de poupança compulsório (FGTS e PIS/PASEP) – dando início a um sistema de financiamento de políticas sociais através de fundos especiais, que não fazem parte do orçamento fiscal – enquanto a função assistencial foi sendo assimilada e/ou incrementada dentro do sistema de Seguridade (com a incorporação das instituições prestadoras de assistência social, com a criação de benefícios sem a contribuição correspondente para a cobertura dos trabalhadores rurais e com a hegemonia da Previdência Social na prestação da assistência médica). (FLEURY, 1994, Págs. 198-199).

Esse processo fomentou a dicotomia entre o serviço público e privado na Saúde, sendo selada essa separação a partir da criação do Sistema Nacional de Saúde, em 1975, que referencia e reafirma as especialidades preferenciais das tarefas em que cada ministério ficaria responsável, separando o Ministério da Previdência e o da Saúde. Ocorre, em contrapartida, o estabelecimento legal da rede privada de saúde via credenciamento e convênios à rede previdenciária,

capitalizando via intervenção estatal, enquanto a rede pública contava com processo de desmonte, através de sucateamentos e desfinanciamentos nessa acentuação (COHN; NUNES, JACOBI & KARSCH, 2015).

Estabelece-se, então, a par de uma divisão social do trabalho entre os ministérios da Previdência e Assistência Social (criado em 1974) e da Saúde (que data de 1953), uma seletividade da clientela de ambos para os seus respectivos serviços de saúde. O primeiro destina-se à população mais diferenciada, dada as características sociais do nosso país, por estar formalmente inserida no mercado de trabalho, e os serviços públicos vinculados ao outro ministério, às populações de mais baixa renda, excluídas do setor formal da economia”. Tal dicotomia, que consolida a assistência médica como um direito contratual, compulsório e contributivo, contraposta à assistência médica – pública e filantrópica – para a população carente (Idem, 2015, Pág. 20).

A década de 1970 contou com muitas mudanças em todos os cenários mundiais, nesse período ocorrem transformações decisivas que perpassam do liberalismo clássico<sup>1</sup> ao Neoliberalismo nos campos político, econômico, social etc. Essa crise está ligada a inconversibilidade do ouro, ao “choque do Petróleo” dos EUA e sua política radical pela reserva monetária, o que faz com que todo o país que já operava suas economias e o processo de industrialização sofressem o impacto.

[...] a crise em análise não foi mais uma crise conjuntural e passageira como outras tantas que existiram no decorrer do século 20. Ao contrário, foi uma crise que produziu uma notável virada histórica e uma grande mutação da tendência dominante nas sociedades capitalistas. No que se refere à grande mutação, quer se indicar principalmente que ela gerou o desenvolvimento de um novo padrão tecnológico – baseado nas descobertas da microeletrônica e nos avanços da informática – e um novo modelo de produção. (BEDIN e NIELSON, Pág. 38, 2013)

---

<sup>1</sup> Não há intenção nessa proposta discutir, analisar e expor com a devida profundidade a ligação entre o Liberalismo econômico e os seus desdobramentos categorizados como “Neoliberalismo”, vale apenas salientar que o Liberalismo econômico a grosso modo, são derivados dos ideais clássicos iluministas e aprimorados posteriormente pelos estudos de Adam Smith e refletia sobre o capitalismo industrial e a sociedade Burguesa que visava garantir a livre concorrência entre capitais nem interferência do Estado, enquanto o Neoliberalismo de acordo com Vasconcelos (2016) está mais ligado a uma nova fase do capitalismo e seu sistema globalizado, ligada principalmente a financeirização e ao acúmulo de riquezas por meio de políticas macroeconômica, consistindo em uma repaginação do liberalismo clássico, portanto, como uma repaginação crítica, onde defende o Estado mínimo nas ações sociais e máximo nos incentivos financeiros, visando o acúmulo absoluto de riquezas. (Ver mais em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-cultura/5802445>)

Essa crise se arrasta por várias décadas a frente, consolidando de forma rápida a pactuação de uma nova ideologia hegemônica política, econômica e social, fazendo com que o Estado de Bem-Estar se esgotasse e se tornasse incapaz de responder aos ataques dos neoliberais e as permanentes crises cíclicas de características fiscais.

Assim, segundo esse novo consenso, o mais importante não é a sustentação do estado de bem-estar social e de suas políticas sociais compensatórias, mas sim a competitividade das empresas, a obtenção do lucro, a eficiência econômica, o respeito às regras do mercado – do mercado em sentido absoluto, com a crença na sua suposta autossuficiência e racionalidade intrínseca [...] o abandono das principais conquistas sociais representadas pelo que, teoricamente, segundo os seus defensores, tudo controla, racionaliza e distribui de forma justa e equitativa. Com isso, as sociedades se voltam para a defesa de políticas típicas, em boa medida, do séc. 19. (BEDIN e NIELSSON, Pág. 39, 2013)

Vale destacar que o Brasil não viveu um Estado de Bem-Estar como os países de economias centrais, aqui a população vivia um colapso na relação Capital-Trabalho-Saúde. E é dentro dessa tríade que se encontra a espinha dorsal que liga a luta da saúde entre o modelo hospitalocêntrico empresarial de alto aparato tecnológico, valoroso ao empresariado da saúde, e o da Saúde Coletiva, na organização das frentes populares na defesa de uma saúde pública de qualidade para toda a população, detentora ou não de emprego formal. Posteriormente, esse movimento de defesa passou a ser conhecido como Movimento de Reforma Sanitária Brasileira, fortalecida pela declaração de Alma-Ata, e consecutivamente por outro marco para a saúde pública internacional que é carta de Ottawa (1986), documento que vislumbrava o alcance da *“Saúde para todos no ano 2000”* (CASTIEL, VALEIRO & SILVA, 2011 pág. 59).

A intenção com ambos movimentos era alcançar entre as nações de todo o mundo, com o auxílio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o compromisso de trabalhar afincadamente no atendimento das necessidades básicas em saúde de suas populações até os anos 2000.

No caloroso processo civil e político que contava com um cenário de crise junto ao esgotamento do “milagre econômico” ocorrido através da ditadura militar, a população brasileira encontrava-se devastada pelas mazelas de saúde, a maioria relacionada ao crescente desemprego. O encorajamento pela liberdade e para o enfrentamento a políticas repressoras fez emergir socialmente diversos grupos sociais que visavam a luta pela democracia e pela saúde. Surge, portanto, grupos como o Centro de Estudos Brasileiros de Saúde (CEBES), em 1976, e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), em 1979, ambas instituições surgiram para dar conta de retratar a realidade com debates políticos e ideológicos pautadas nas demandas sociais.

Os anos 1980 foi cenário das maiores lutas sociais registradas no Brasil, há uma grande articulação em busca da redemocratização do país que enfrentava um período de ditadura militar, pela primeira vez se unia toda a sociedade civil na luta pela “Saúde como direito à cidadania”. (CARDOSO, 2001, Pág. 40).

Essa agenda é adotada e reiterada pelo Movimento de Reforma Sanitário Brasileiro na VIII Conferência Nacional de Saúde, importante união das frentes de defesa pela Saúde para elaboração de um novo sistema de Saúde para o país, e traz em seu relatório, no terceiro parágrafo (BRASIL,1986), a explanação da necessidade de que houvesse a separação entre Saúde e Previdência, pois direito à Saúde transpassa quem tem ou não trabalho formal, fazendo com que fosse criado um Ministério próprio da Saúde para sua atribuição específica, sendo entregue a um único órgão responsável pela saúde brasileira a nível federal, sobre financiamento próprio, consistindo em seu acesso universal e igualitário em caráter de direito através de um Sistema Nacional de Saúde, sem prévia contribuição direta, e que todos tenham acesso visando a superação dos regimes autoritários e alcançando a soberania democrática.

É neste mesmo documento que a Comunicação aparece articulada como um direito inerente à Saúde, indispensável à garantia de acesso da população, pois comunicação e informação são fundamentais para que haja o controle social, em vista tanto à garantia do acesso direto aos bens e serviços oferecidos, em caráter transparente, que respondesse efetivamente as especificidades do perfil sócio sanitário da população brasileira. (BRASIL, 1986).

Por isso, Murtinho e Stevanim (2017) afirmam que é a partir desse evento que é possível entender a relação entre saúde, cidadania e as políticas de comunicação, além de representar a união de diferentes movimentos em prol do restabelecimento democrático do país. Os autores ainda sinalizam que esse processo se deu devido a apropriação do conceito ampliado de saúde, que a vê como além da doença, e que o exercício do pleno direito a saúde incide no direito a ter acesso à informação e de se expressar livremente, assim como *“participar da vida política e dos processos de definição das políticas públicas”* (MURTINHO E STEVANIM, 2017, pág. 137). Essa prática reflete o sentido mais puro da cidadania, que seria a relação intrínseca entre os confrontos políticos-culturais da sociedade, pois para se tornar de fato um cidadão o indivíduo deve instituir-se do seu poder de fala nos diversos campos em que circulam os direitos, ou seja, está relacionado à cidadania.

Ainda de acordo com Murtinho e Stevanim (2017), devido ao grande fluxo de informações que ganham circularidade nos discursos em todas as escalas sociais, esse sentido de cidadania é alterado na dinâmica capitalista, ganhando abordagens cada vez mais vulgarizadas, deslocadas de seu contexto de luta e posituação de direitos passando a serem relacionadas a ações e práticas geralmente voltadas a atos filantrópicos.

Essa deturpação de sentido vai contra o que Paim (2009) destaca acerca do relatório final da VIII CNS, que inspirou o capítulo “Saúde” da Constituição, sendo, portanto, resultado das lutas populares e como uma conquista dos cidadãos brasileiros as leis orgânicas da Saúde que prevê seus princípios e diretrizes, incluindo a lei que regulamenta a participação popular, norteiam a comunicação na defesa da escuta dos indivíduos através do seu direito de participação dos espaços criados para o controle e fortalecimento dos princípios e diretrizes que posteriormente vem nortear o SUS.

“A agenda política do processo de construção do Sistema Único de Saúde inclui como um dos temas centrais, a mudança do modelo de atenção de modo a se concretizar os princípios da universalidade, integridade e equidade no cuidado” (TEIXEIRA, 2006, Pág. 9).

A principal proposta que era defendida pelo MRS para que houvesse uma Saúde capaz de promover acesso a todos os indivíduos, independente da classe social, indivíduos que eram marginalizados, trabalhadores não contribuintes dos sistemas privados de proteção a Saúde, portanto era um projeto democrático popular. Então foram pensados durante a VIII, como a implementação de um sistema único que contasse com princípios e diretrizes que fossem capazes de abranger toda a população de forma completa e nortear a defesa do SUS, se tratando de um projeto audacioso de saúde e de Estado (PAIM, 2018).

A Constituinte de 1988 é redigida absorvendo a demanda colocada pela VIII CNS, que refletia também na superação das demandas sociais existentes em um embate ideológico. Porém, esse processo já refletia a modernização conservadora nos textos da Carta Magna, pois dentro da própria saúde não houve a integralização do que foi proposto, e a saúde privada pôde continuar participando nas ações em saúde, solidificando, portanto, um sistema híbrido, onde permaneceu a associação da Saúde em consumo privado e individual dos serviços, indo na contramão inclusive dos próprios princípios estabelecidos no SUS e favorecendo os interesses das indústrias, serviços hospitalares e farmacêuticos no país (CARDOSO, 2001), fazendo por perpetuar essa intensa contradição entre saúde pública versus saúde privada.

A partir da articulação de Araújo e Cardoso (2007), é preciso considerar que o processo de construção dos sentidos se dá através desses embates discursivos, dentro de cada subjetividade, onde o sentido é dado a partir das vivências como uma grande rede de símbolos e significados. Tornando, portanto, o “lugar de fala”, é um lugar de constantes disputas e de forças simbólicas que perpassam o público e o privado, onde deve ser considerada a produção, circulação e o consumo dos sentidos existentes por trás dos discursos e a correlação de forças que os atravessam, sendo a mídia o palco dos principais embates teóricos.

Imagens estereotipadas e ampliadas pela mídia integram os discursos que legitimam as políticas públicas e particulares que afetam o setor e são manejadas, com maior ou menor grau de consciência e intencionalidade, para atender os interesses em jogo [...] Portanto, o modo como processamos o discurso midiático é parte integrante e indissociável desde discurso. (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, págs. 101 e 102).

Nos anos 1990, a implementação da Lei 8.080 garante a institucionalização do SUS, porém esse processo não ocorre de forma dada, está intrinsecamente ligado a luta pela Saúde iniciada na década de 1970, que reconhecia a saúde em seu sentido ampliado como o fundamental direito humano, que está intimamente ligado aos direitos civis e políticos, sua consolidação contou com diversas frentes que representativas que visavam interesses distintos.

Portanto, esse processo não foi completamente implementado principalmente nas questões de subfinanciamento, apesar de acontecer na contramão do que vinha sendo suposto pelos organismos internacionais através de seus pacotes anticrises, dos preceitos da adoção neoliberal. Essa institucionalização do SUS já começou com grandes perdas, onde a iniciativa privada e as grandes corporações da saúde e medicamentos também conseguiram participação de forma complementar ao SUS, mais uma vez deixando claro que a luta contra a hegemonia de mercado foi e é muito cara à Saúde Pública.

Outro progresso que ocorreu foi a vinculação da Lei 8.142, que surge no contexto de tensão dando direito à participação popular nos espaços de regulação do sistema de saúde, já que não adiantaria haver um sistema público onde a população beneficiária não pudesse opinar, portanto, o direito a saúde aparece consequentemente ligado ao do direito à comunicação, assegurando a reunião em Conselhos e Conferências em saúde sob o caráter deliberativo, formando a base fundamental do direito ao acesso à informação e a opinião das representações sociais na determinação das medidas, fazendo do *“discurso da democratização da comunicação, que na saúde expressa na reivindicação pelo acesso ampliado e facilitado às informações necessárias para o exercício do controle social”* (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, Pág. 62).

Ambas as leis vão na contramão dos preceitos concebidos na própria década de 1990, que mundialmente representou um ataque do capitalismo internacional aos direitos socialmente constituídos. No período, foram adotadas nos países dependentes, medidas neoliberais conformadas pelo Consenso de

Washington<sup>2</sup>, tendo como uma de suas principais diretrizes a “eficiência” nos gastos por parte do Estado para a superação da crise iniciada na década anterior, ocasionando uma série de ataques ao que teria começado a ser instituído na Saúde.

[...] começaram-se reformas que impuseram a desregulamentação e a privatização de setores, todos, até então, como estratégicos para a soberania econômica nacional (como siderurgia, energia, telecomunicações, aço, dentre outros). Abriu-se canais de investimentos que permitiram a quebra ou a "flexibilização" de antigos monopólios estatais, a desverticalização e descentralização gerencial, a eliminação de subsídios e a liberalização da política tarifária. (LEME, Pág. 123, 2010)

Laurell (2009) complementa e ratifica que o principal elemento articulador das medidas de ajuste adotadas sob o comando neoliberal é a privatização, pois ela traz desdobramentos em diversos setores do mercado financeirizado. Que implicam em novos arranjos políticos e econômicos. E através dela que o capital visa a administração de fundos em que a produção de serviços gere relações econômicas rentáveis. Esse processo ganha legitimação hegemônica a partir do apaziguamento realizado pelos veículos de comunicação em massa, que dissemina o discurso da necessidade dos cortes nos gastos sociais públicos sob a justificativa da cultura da crise fiscal do Estado, significando uma deliberada redução no financiamento das instituições públicas que causa deterioração e desprestígio aos órgãos, ajudando a criar demanda ao setor privado e a tornar o processo de privatização aceitável socialmente.

O ideário neoliberal trouxe impactos profundos na despolitização da política e seus processos de superação do capitalismo, em caráter de “reformas” sendo apresentadas como único caminho possível, foram adotadas medidas que fizeram o Movimento de Reforma Sanitária recuar. Mesmo com a criação dos Conselhos, esses que rapidamente perderam sua essência democrática da participação e passou a ter uma baixa representatividade, prevalecendo em suas agendas o segmento das agendas dos gestores, se tornando pouco porosos aos

---

<sup>2</sup> O Consenso de Washington consistiu em uma articulação entre países de economias centrais e organismos internacionais como Banco Mundial e FMI para a composição de um conjunto de medidas e reformas que deveriam ser seguidas pelos países em desenvolvimento, esse processo está intimamente ligado ao desenvolvimento neoliberal nos países da América Latina. (BENRING e BOSSETTI, 2006).

movimentos sociais, passando esses a ficarem fragilizados no rol das lutas sociais (GUIZARDI, 2015).

A permanência se deu nas frentes privadas e a sociedade incentivada ao consumo, onde a comunicação e a saúde passaram a ser confundidas com Marketing da saúde (ARAÚJO & CARDOSO, 2007). Acredita-se que essa afirmação das autoras esteja relacionada a ausência das definições estabelecidas na carta de Ottawa (OPAS, 1986), onde o conceito ampliado da saúde é insuficientemente divulgado pela mídia, fazendo com que a população tenha suas questões coletivas restritas a compra de serviços e produtos que visem sua própria melhoria em saúde, e não ao que foi previamente posto.

É nesse eixo que se faz necessária a análise acerca da ordem do discurso, pois, quando ocorrem as eleições, cada candidato representa, através de seus discursos, uma série de significados, que de acordo com Bakhtin (1999) fundamental nas análises discursivas, o que é dito, está adstrito aos contextos em que os enunciados estão sendo produzidos, não se trata apenas das pessoas, mas das ações a qual sua imagem está associada nas diversas subjetividades. E a permanência dos direitos também faz parte dessa contextualização social.

[...] falar de direitos sociais também significa falar de uma perda [...] as ideias de perda e de impotência montam uma armadilha que trava o pensamento por mantê-lo encerrado nos termos como as coisas vêm se armando à nossa volta, como o mundo vem se ordenando. Por mais que as evidências de perda e impotência possam ser demonstráveis pela análise sociológica e política, o problema está quando se transforma as evidências em pressupostos, algo como solo epistemológico a partir do qual o pensamento se estrutura (TELLES, 1996, Págs. 2 - 3).

Para a autora, esse tipo de estruturação do pensamento esbarra no discurso estruturante, que impõe o acontecimento das coisas como algo “dado”, ratificando certezas frágeis, com processos incontentes, como a da pobreza ser inevitável, o que não deixa de ser verdade, pelo menos dentro desse modo de organização social pautada na acumulação de bens, já que por si só, se trata estruturalmente de um sistema desigual, porém, é necessário apropriar pelo campo da ação e de outros conceitos, e da disseminação de que é possível a mudança na ordem hegemonicamente posta, para que possamos alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, sendo possível através da reativação do

sentido político contido nos direitos sociais, pois acima de tudo, a luta se inicia no entrave dialógico.

## 5. REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição brasileira completou em 2018 trinta anos, e o SUS, vinte e cinco anos de existência, pouco tempo de afirmação se levar em consideração a idade histórica contabilizada do Brasil. Mesmo tão novos, ambos já vêm sofrendo fortes influências da ideologia neoliberal a partir dos anos 1990, ou seja de ambas institucionalizações, esse receituário reflete diretamente na política de Saúde e a positivação da cidadania.

Há previsão de liberdade política, social, econômica, cultural etc. e a garantia de tais preceitos são impulsionadas a partir dos posicionamentos de personalidades políticas e suas percepções acerca dos direitos, através de apresentações eleitas democraticamente desde o processo de redemocratização do país em 1988. Diversos são os projetos de classe que os respectivos representantes do povo são comprometidos, porém, em buscas bibliográficas sucintas mostram que, apesar de haver frentes distintas empossadas nesses trinta anos, é possível perceber há uma conformação nos preceitos estabelecidos sob a corrente ideológica de enxugamento de gastos com as políticas sociais, em prol da ascensão da iniciativa privada.

Para o início das proposições, será utilizado o conceito de *ideologia* de Karl Marx (1886) sendo esse um dos principais referenciais contidos neste trabalho, pois perpassa diversas correntes filosóficas existentes nos demais conceitos de autores aqui utilizados. Apesar de ser um conceito controverso nas Ciências Sociais, é fundamental no processo de politização e polarização das demais elocuições. Esse conceito está associado não apenas ao que é dito, mas ao “porquê” de ser algo ser dito, tentando trazer uma reflexão crítica acerca da composição da subjetividade dos indivíduos, que percorrem os interesses e as práticas orientando as lutas e os consensos. Fazendo com que uma teoria política qualquer possa “*tornar-se ideologia no momento em que vem assumida como programa de ação de um movimento político*” (BOBBIO, 2002, pág. 129 *Apud* CODATO, pág. 313, 2016).

Outro conceito pretendido neste trabalho é apropriado de Carlos Nelson Coutinho (2008) acerca da construção do sentido de *hegemonia* através de seus

estudos provenientes de Antônio Gramsci, também influenciado pelos estudos Marxistas, que traz no seu aporte a relação que refere a transformação dos sentidos existentes no processo de compreensão e conformação dos direitos através da Cultura. Onde a democracia é caracterizada como detentora de um valor universal, e só é possível através da construção hegemônica através da apropriação cultural, através da construção do “senso comum”, ou seja, significa a batalha de ideias que venham a dominar os discursos políticos, que independente das perspectivas, um sobressaia ao outro, fazendo com que se dissemine um ideal a ser seguido.

Trabalhando sob sua percepção fundamentada, o “direito” consiste num sentido que foi construído socialmente e não dado, e os desdobramentos dados a noção de direito tal qual conhecemos na contemporaneidade são fruto das relações. Essa noção participa, portanto, de um processo de apropriação dentro do pensamento hegemônico para uma possível construção da democracia.

Um dos conceitos que melhor expressa a democracia [...] é precisamente o conceito de cidadania. Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso da democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (COUTINHO, 2008, pág. 51)

Conseqüentemente:

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo de longa duração por todos os indivíduos, [...] de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 2008, Pág. 51).

Portanto, a análise teórica do conceito “direito” no processo de formação de cidadania no Brasil é necessária. Assim como uma problematização histórica acerca da dimensão do processo de positivação constitucional do direito à Saúde,

para que seja possível a continuação nas frentes de defesa e democratização do SUS.

Outro conceito que será utilizado é o de *Poder Simbólico*, de Pierre Bourdieu (1998), pois entende-se que dentro da organização social o poder está em toda parte. O autor fundamenta que em todos os tipos de relações há um simbolismo de poder que é invisível, porém muito arbitrário e socialmente determinado, podendo exercer estruturalmente um sistema de símbolos que se integram socialmente formando um determinado “consenso”, também ligado a construção e disseminação da hegemonia, ou seja, o que pro autor significa a dominação de determinada imposição, sendo inseparáveis, mesmo que tenham efeitos diferentes na produção e na recepção dessa correlação de forças existentes dentro dos discursos e práticas, o que não significa que descaracterize as lutas que atravessam esse poder já que os interesses não são harmônicos.

Já buscando uma aproximação do campo da Comunicação & Saúde, outro conceito que será utilizado é o desenvolvido por Inesita Araújo, que consiste no modelo de comunicação pautado no *Mercado Simbólico*, que expõe diversos conceitos e práticas, o tornando multidisciplinar, e colocado como estratégico da comunicação nas políticas públicas, e está ligada a circulação das práticas comunicativas, onde a comunicação o modo de um mercado.

As pessoas e comunidades discursivas que participam desse mercado negociam sua mercadoria seu próprio modo de perceber, classificar e intervir sobre o mundo e a sociedade em busca de poder simbólico, o poder de constituir a realidade [...] Ele faz sentido numa perspectiva analítica que considere as políticas públicas como espaço de confrontos sociais, que se dão pela via discursiva [...] Para compreendê-la, é necessário ter em vista que o estatuto do sujeito central ou periférico não é fixo: mesmo que se possa ser centro ou periferia, institucionalmente falando, discursivamente não se ocupa sempre a mesma posição. (ARAÚJO, 2004, págs. 165 e 173)

A partir dessa base de conceituação teórica será possível compreender alguns dos arranjos políticos ocorridos nos últimos cinco anos no Brasil, pois essa base teórica é capaz de expor as conjunturas que atravessam a estrutura político social que vem atravessando a realidade brasileira.

Durante o segundo mandato do Governo Dilma, iniciado em 2015, ocorre uma mudança nos discursos por parte da oposição ao governo, iniciando uma

frente de ameaças e possibilidade de mais uma fragilização da democracia no Brasil. Para explicar como se deu essa articulação, é proposto a utilização das contribuições de Antônio Fausto Neto (1995), pois o autor observa como a comunicação transforma as vivências dos indivíduos a partir dos meios, e como se dá essa relação na construção dos discursos midiáticos, oferecendo um amparo às análises acerca dos processos políticos importantes que envolvem a imprensa no Brasil.

Sua base dá conta de descrever processos como o impeachment de Collor (1992) e podemos também utilizá-la para descrever o do de Dilma Rousseff (2016), utilizando a exposição das estratégias discursivas midiáticas para a construção dos sentidos na dinâmica tensional dos campos sociais.

A construção e o funcionamento do discurso político no Brasil têm, no período pós-ditadura, características distintas de outros ciclos, especialmente com a emergência da midiatização e de manifestações de campos sociais, como o campo jurídico. Esses fenômenos existem há, pelo menos, duas décadas, quando se registraram quatro eleições para Presidente da República, no centro das quais estiveram o campo das mídias e seus processos, ao lado de outros campos sociais, convertendo-se talvez num dos principais atores de realização da política e, de modo particular, da construção do Presidente. (NETTO, 2006, pág.146)

O autor flerta com o conceito de Sodré de tecnointerações (2002), que surge sob a emergência de explicar as novas formas de interação através de um olhar antropológico, consistindo na midiatização das interações sociais. Em 2016, a presidente é destituída do seu cargo através da construção de outros sentidos sociais, através do que alguns pensadores chamam de Golpe na democracia, já que há o reconhecido de o mesmo ter se dado através das articulações midiáticas e jurídicas, que fortaleceu a retirada da Dilma e a chegada de Temer em 2016.

Com o despudor e a pressa características de quem não tem compromisso com o voto popular, Temer escancara o projeto neoliberal, sem apreço pelos direitos sociais inscritos na CF 88 [...] Estado mínimo submetido aos interesses de mercado, utilizando-se da crise econômica para justificar o desmonte do Estado social, por programas de austeridade para a solução da crise, reduzindo os direitos sociais conquistados na Constituição democrática (REIS et. al, 2016, Pág. 128 - 129).

Portanto, através do ingresso de Temer em 2016 por uma via antidemocrática o isentou de qualquer responsabilidade com seus eleitores, já que ele não havia sido escolhido popularmente, suas medidas abriram preceito pra uma nova fase do neoliberalismo no Brasil, que já começa a ser apontada como “ultraneoliberal”, que consiste em mais abertura ao capital externo, extremo sucateamento da máquina pública e um enorme favorecimento da iniciativa privada.

A questão que é colocada hoje para a Saúde no interior dessa transição democrática é como conciliar as profundas desigualdades brasileiras com a democracia fragilizada, num contexto que reforça, através das práticas discursivas, a eficiência nos gastos. A comunicação se dá a partir da produção dos sujeitos simbólicos, como já previamente posto, mas aqui vale o destaque de que o contexto de expansão tecnológica se destaca na contemporaneidade. Rocha e Cardoso (2018) destacam que a velocidade e a noção do tempo em que os fatos ocorrem estão cada vez mais associados aos meios em que as informações circulam e seu processo de apropriação se intensifica, transformando as formas de interação no meio social, inclusive na forma como se percebe a realidade.

Cada vez mais impulsionados pela aceleração das tecnologias e redes digitais, termos como lógica e cultura da mídia assumem sentidos amplos para englobar as formas institucionais, estéticas, normas e regras informais com as quais a mídia distribui recursos e materiais simbólicos. Assim, estendem-se por todos os tipos de textos – imagens, sons, espetáculos – com os quais indivíduos e grupos moldam opiniões, comportamentos, identidades e expectativas. [...] Assim, estendem-se por todos os tipos de textos – imagens, sons, espetáculos – com os quais indivíduos e grupos moldam opiniões, comportamentos, identidades e expectativas. Também suas gramáticas e seus modos de fazer passam a se integrar na “textura geral da experiência”. Essa onipresença da cultura da mídia, expressa nas metáforas de transbordamento e inundação (CARDOSO E ROCHA, 2018, Pág. 1873).

Portanto, esse processo influencia nas escolhas, que a princípio tem suas ofertas feitas de forma aleatória, porém elas são intencionadas, não se formam aleatoriamente, todos os indivíduos têm seu processo de subjetivação formado desde o nascimento.

E é nesse clima de incertezas que ocorreram as eleições de 2018, a corrida presidencial representou um dos maiores asteísmos políticos do país, simbolizou mais do que a disputa entre dois projetos de classe hegemônicos distintos, ocorreu aqui uma nova “testagem” dos meios e das mediações, um reflexo dos novos fenômenos oriundos desse século, relacionando a comunicação em rede e Mercado Simbólico, via polifonia realizada através do aparato tecnológico.

Pela primeira vez na história, emerge um presidente vindo do clamor popular sem estar ligado a um projeto de classe ou pela organização proletária. Surgiu devido principalmente ao esgotamento do Partido dos Trabalhadores, ocasionado durante os últimos anos pelos ataques midiáticos diários. Agora, a disputa se deu principalmente sem ligação com movimentos sociais organizados ou sindicatos. A principal disputa não ocorreu com uma representação fortemente ligada as elites coronelistas tradicionais como as historicamente reconhecidas. Desta vez, a imprecação era pela substituição e desligamento do que emergiu popularmente sob a nomeação da “superação de velhas políticas”.

Se trata, portanto, do anseio pelo fim do fenômeno que André Singer (2012) denomina de “*Lulismo*”, que consistiu na imersão de uma corrente político-partidária iniciada no sindicalismo das décadas de 1970 e 1980 voltado principalmente a classe trabalhadora e aos mais pobres e perdurou durante catorze anos de representação presidencial até 2016 através de sua sucessora Dilma.

Esse fenômeno novo, que clamou pela candidatura de Jair Bolsonaro em 2018, contou com uma construção simbólica da figura de um “herói” social reconhecido pelos seus eleitores como “corajoso” para especular os emaranhados ocorridos, “justiceiro” contra a violência e em favor do retorno da moral e dos bons costumes, representando, principalmente, o alarido dessa nova classe média, em sua emergência de autoafirmação como uma possível “elite” trabalhadora e produtora de riquezas no país. Os opositores do governo justificam que o pleito dessa candidatura se deu pela relação dos fenômenos das Fake News, assim como na candidatura de Trump em 2016 nos EUA.

O que se difunde no país é uma soma do mais nefasto individualismo – até em termos filosóficos – com a noção de que o papel do Estado como garantidor do serviço público e da ampliação dos direitos políticos, sociais, econômicos e civis, seria algo como uma heresia ou um ato autoritário. Todo esse tipo de afirmação estapafúrdia não passaria de simples bobagem se não fosse reproduzido pelos grupos de mídia em alguma escala. Uma mentira repetida mil vezes se torna uma meia verdade na mente das majorias destreinadas na lida política e em especial no que diz respeito às medidas e instrumentos de política econômica para disputar o controle dos gigantescos recursos do Brasil (ROCHA, 2018, fonte da Web, acesso em 19/02/2019).

De acordo com Cardoso & Rocha (2018), a marca mais relevante de que os processos de midiaticização afetam o próprio campo midiático é a diluição das relações acerca da produção, circulação e recepção, pois, na cultura digital, a circulação fica embutida nessa nova cultura extremamente digitalizada, é uma dimensão de vozes que nem sempre se trata das figuras “autorizadas”, mas que se sentem habilitadas a expor suas opiniões, antes, impossível. Os autores ainda destacam que, além dessa teia de sentidos, entra nesse ambiente digital um novo aparato também relacionado ao fenômeno das *Fake News*, que são os sistemas “robôs”, programados para disparar as infâmias via ambientes digitais de socialização de pessoas, fazendo com que nenhum indivíduo esteja imune a apropriação dessas notícias fantasiosas.

Ocorre, portanto, o entendimento que o veículo de mídia tradicionalmente conhecido não se torna único no fluxo de disseminação de ideias e valores unicamente, e conseqüentemente eles se veem obrigados a criar novos mecanismos que auxiliem na continuação positiva e legítima, pois a esta interessa se manter concreta e “imparcial” na disputa entre o público e o privado, e como referência na constituição das “verdades”.

Assim sendo, à medida que se anunciam como neutros, imparciais e objetivos, os órgãos de imprensa contribuem, primeiro, para esse fechamento ideológico. Posteriormente, e em uma escala menor, emprestando sua credibilidade aos reclames publicitários. (BORGES, 2014, Pág. 4)

Acontece através da mídia, a busca pela continuação na construção de “subconscientes” que ocasionam escolhas, via mediações, retratando a função desses veículos na reflexão das escolhas, na adoção de estilos de vida e

incluindo, portanto, os seus candidatos eleitorais. Com o mesmo caráter, aparentemente tentando firmar sua “imparcialidade” na amostragem de tais propostas, para que através da “liberdade “de escolha cada um opte pelo que lhe for mais adequado e pertinente, se desligando de todo processo de construção da subjetivação previamente posto.

Nesse processo se faz pertinente a aproximação da busca pelo entendimento das diferentes concepções que faz com que os fenômenos, discursos e eventos sejam sempre alvo de disputados, onde sua afirmação se dá a partir dos discursos e experiências que envolvem os indivíduos que vivem em sociedade. Por isso será utilizado os conceitos de *polifonia* e de *dialogismo*, de Bakhtin (1999) que tem como principais fundamentações a exposição da diversidade contida dentro texto, conversações e dos discursos, para que seja possível a compreensão dos sentidos existentes em cada palavra, se tornando fundamental na compreensão da exposição das diferentes vozes contidas nos planos, assim como os diferentes interesses e intencionalidades.

Portanto, a comunicação é capaz de explicar que o controle público através do Estado não existe ou não funciona por fora das circularidades das práticas discursivas constituídas diante de diferentes modos de produção, circulação e recepção de bens simbólicos, instituindo o poder através da dimensão comunicativa. Para isso, as figuras políticas no processo de disputas eleitorais têm seus projetos anteriormente realizados vinculados a sua imagem e atuam através da propagação em rede em busca construção de positividade sobre si mesmos fundamentados na confiabilidade estimulada diante dos públicos, despertando outros sentidos e associações, ressignificando o processo eleitoral através da mediação.

## 6. METODOLOGIA

A presente proposta pretende realizar uma pesquisa básica, visando a investigação de elementos relacionados a propostas contidas textualmente na exposição dos planos de governo durante as campanhas eleitorais, e que possam afetar positiva ou negativamente as políticas de Saúde brasileira.

Pretende-se realizar uma exploração bibliográfica, que visa um levantamento de fontes e dados que busquem compreender determinado fenômeno de forma qualitativa, trabalhando o universo dos significados, não sendo esses reduzidos apenas à uma operacionalização de variáveis, considerando, portanto, o caráter “subjetivo” dos significados das ações humanas (MINAYO, 2009).

A escolha metodológica para essa pesquisa são análises dos planos governamentais dos anos de 2014 e 2018. Essa escolha de objetos da pesquisa que seleciona os respectivos anos eleitorais se deu, pois, a eleição de 2014 representa o início de um novo direcionamento no curso do ideário brasileiro, relacionado diretamente às conjunturas sócio-políticas e econômicas. A onda de questionamentos foi intensificada contra o governo Dilma ainda no ano de 2013 ocorrendo, portanto, manifestações populares, onde uma forte corrente de mobilizações sociais tomou as ruas de todo o Brasil, questionando as políticas também em ambientes midiáticos.

Portanto, é considerado que as eleições de 2014 são importantes na trajetória do que vem a seguir na realidade da política brasileira, como o processo de *impeachment* da Dilma em 2016, que coloca seu vice Michel Temer na Presidência. Em que Fausto Neto (2016) afirma através de suas análises, ter ocorrido uma participação da mídia tradicional através dos ambientes de circulação midiáticos onde os discursos são construídos e dinamizados em todos os campos sociais, sejam eles jurídicos, midiáticos, policiais etc. afetando os feixes dos sentidos e acarretando na queda da presidente eleita constitucionalmente.

E o ano de 2018 foi selecionado para a comparação entre os planos, pois, assim como em 2016 que ocorre as eleições dos EUA, conforme já exposto, as

recentes eleições brasileiras são marcadas por uma gama de notícias falsas ditas *Fake News* o que faz com que alguns pesquisadores associem o pleito da eleição de Jair Bolsonaro por conta desses eventos midiáticos, o que de fato não deslegitima a participação popular nos ambientes midiáticos sociais. Esse fato de disseminar mentiras, notícias parcialmente verdadeiras ou com seu sentido distorcido não é novo, basta uma pesquisa rápida em *sites* de busca que percebemos que em outros tempos históricos houve boatos que beneficiaram determina das instituições ou pessoas, porém, o que torna diferente nessas eleições, é o fenômeno exposições serem disparadas por robôs diariamente sob suspeita de serem encomendadas por determinadas figuras políticas.

Levantada a necessidade de vincular as eleições aos acionamentos das questões que perpassam a Saúde, a partir do campo da Comunicação & Saúde, alguns caminhos seriam possíveis, como por exemplo, uma comparação das atividades dentro das mídias sociais dos candidatos e a forma de interação ocorrida entre eles e os eleitores nas postagens que abordassem essa temática, as publicações mais comentadas, as reações mais discrepantes etc., porém, essa proposta metodológica apesar de mais interessante e bastante relevante, não teria arcabouço metodológico. Tendo em vista que esse acompanhamento não foi realizado previamente e as páginas destinadas para as eleições de 2014 não são mais encontradas, o que inviabilizaria a pesquisa ainda na fase inicial.

Essa pesquisa terá um caráter descritivo que procura classificar, explicar e interpretar fatos a partir dos contextos e referenciais teóricos já acionados, assim como outros referenciais que venham surgir durante a sua realização. Inicialmente se pretende realizar um levantamento dos planos de governo apresentados pelos candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves durante suas candidaturas no processo eleitoral presidencial de 2014 e, posteriormente, a realização da mesma busca no processo eleitoral de 2018, através dos candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. Contabilizando, portanto, quatro anos de governo, incluindo duas disputas eleitoras, sem descartar as medidas realizadas pelo governo Temer em 2016.

É proposta inicialmente a leitura e análise desses documentos, pois, a criação de um plano de governo é uma obrigação legal de todos os candidatos

que pretendem disputar eleições, essas propostas contidas nos planos devem ser apresentadas junto a Justiça Eleitoral unido com o registro de candidatura. O art. 11, § 1, inc. IX da lei eleitoral 9504/97 estabelece que,

§ 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos:

IX - Propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009).

Portanto, a apresentação do plano de governo é a primeira ferramenta que visa acionar a rede de sentidos com público, ou seja, é a partir dele que se busca o alinhamento ideológico do que se espera pra o projeto de Estado após o pleito, esse plano é obrigatório para que seja viabilizada a candidatura das figuras políticas. Contudo, não há lei, normas de conduta ou até mesmo um compromisso documental moral e ético que vincule uma obrigatoriedade de que as metas contidas nos planos sejam de fato realizados pelos candidatos.

Deste modo, trata-se apenas de uma formalidade burocrática no protocolo de registros. Porém, através da veiculação midiática desses programas de governo, que teoricamente servem para que a população conheça as intencionalidades do governo em caso de pleito da candidatura, ganham legitimidade através da circularidade e publicização das opiniões públicas, portanto, pertinente de análise, pois esses planos podem ser capazes de ditar os desígnios de cada candidato.

Serão realizadas leituras de documentos que perpassa pelos campos políticos, econômicos e sociais os quais essas eleições, objeto da pesquisa, estavam atravessando, quais as demandas que estavam sendo apresentadas para o SUS, assim assumindo uma responsabilidade pedagógica que vise a exposição do movimento dialético envolvido nas campanhas.

Serão apontados quais os principais embates ideológicos presentes durante o período levantado, através da busca por livros, artigos, leis, bases de dados, relatórios de pesquisas acadêmicas, revistas, teses, sites, dissertações, periódicos e revistas eletrônicas seria pertinente a realização de uma tabela comparativa das propostas que estão relacionadas a Saúde nesses últimos quatro anos, para que seja possível um delineamento do que vem sendo proposto

por ambos os candidatos citados, e através da candidatura de Dilma em 2014, comparar o que foi de fato feito, para a partir daí delinear os discursos que surgem posteriormente através das eleições de 2018.

Propositadamente, é necessária a explanação de como a mídia lida com os procedimentos eleitorais no processo da construção de imagens e sentidos, e como são, caso haja, a colocação de temas que teoricamente estão ligados a contraposição de propostas apresentadas durante o período. Entende-se que, ao falar de mídia, o campo é vasto e muito turvo, portanto, a investigação nessa fase se dedicaria a pesquisar se há alguma instituição específica que se preocupe com a “fidelidade” entre o plano e a ação desses governantes em no máximo duas fontes, que seriam escolhidas de acordo com os resultados de buscadores digitais através da utilização da internet.

Entende-se que esse método escolhido auxiliará no processo de compreensão acerca da contribuição teórica de autores clássicos e contemporâneos do cenário nacional e internacional que estudam a construção dos discursos e os sentidos existentes nas correlações de forças, visando a retratação da realidade em uma abordagem conceitual crítica acerca dos processos que perpassam pela Comunicação & Saúde e a construção do mercado simbólico. Já que qualquer totalidade existente nos dias atuais é fruto de um processo dialético, onde passado, presente e futuro constituem algo homogêneo, formando um constante movimento processual de transformações, a partir de suas contradições ao longo das trajetórias políticas, econômicas, midiáticas e sociais.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, I. C. (2007). Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- ARAÚJO, I. S. (2003-2004). Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. Interface- Comunicação, Saúde, Educação, 8(14), (págs.165-177).
- ARAÚJO, I. S. (2013). O campo da Comunicação e Saúde: contornos; interfaces e tensões. Publicado nos anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom).
- BAKHTIN, M. (1999). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec.
- BEDIN, G. A., & NIELSON, J. G. (2013). A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências. Scielo Books, 27-41.
- BEHRING, E. R. (2003). Brasil em Contra- reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez.
- BRASIL, M. (1986). VIII Conferência Nacional de Saúde. Relatório Final. Brasília: MS: 1980.
- BRETTAS, T. (2012). Dívida Pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. Em E. SALVADOR, E. BEHRING, I. BOSCHETTI, & S. GRANEMANN, Financeirização, Fundo Público e Política Social (págs. 93-120). São Paulo: Cortez.
- BUENO, F. M., & SEABRA, R. L. (14 a 17 de setembro de 2010). O Pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina - Imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI, (págs. 70-79).
- CARDOSO, J. M. (2001). Comunicação, saúde e discurso preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids veiculadas pela TV (1987-1999). Dissertação [Mestrado Comunicação Cultural], capítulo 2, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro(págs.27-73).
- CARDOSO, J. M., & ROCHA, R. L. (2018). Interfaces e desafios comunicacionais do Sistema Único de Saúde. Ciência e Saúde coletiva, 23(6), 1871-1880.

- CASTIEL, D. L., VALERO, J. S., & SILVA, P. V. (2011). *Das Loucuras da Razão ao Sexo dos Anjos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- COHN, A., NUNES, E., JACOBI, P., & KARSCH, U. (2015). *a SAÚDE como DIREITO e como SERVIÇO*. São Paulo: Cortez.
- COLLIN, D. R., MASSARANI, V. M., & MORENO, A. V. (2014). O Plano Brasil Sem Miséria e a Contribuição da Assistência Social na oferta de serviços para a garantia das necessidades sociais básicas. Em T. Organizadores: CAMPELLO, T. FALCÃO, & P. V. COSTA, MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O Brasil Sem Miséria*. (Parte II, págs.1-15). Brasília: MDS.
- COUTINHO, C. (2010). A Hegemonia da pequena política. Em F. OLIVEIRA, R. BRAGA, & C. RIZEK, *Hegemonia às avessas: Economia, política e cultura na Era da servidão financeira* (págs. 29-43). São Paulo: Boitempo.
- COUTINHO, C. N. (1992). *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus.
- COUTINHO, C. N. (2008). *Contra a Corrente, ensaios sobre o socialismo* (2º ed.). São Paulo: Cortez.
- FLEURY, S. (2005). A Seguridade Social e os dilemas da inclusão social. *Revista de Administração Pública*, (págs.449-467).
- FORTES, M. R. (2013). *Acreditação no Brasil: seus sentidos e significados na organização do sistema de saúde* (Tese Apresentada à Obtenção de Título de Doutor). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP). Acesso em 15 de março de 2019, disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/7666/2/0000018.pdf>
- GONÇALVES, W. (julho de 2014). O BRICS e as mudanças da Ordem Internacional. *Revista da Escola de Guerra Naval*, 20 n. 1.
- KLEIN, N. (2008). *A doutrina de Choque – a ascensão do capitalismo de desastre*. (V. CURY, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LAURELL, A. (2009). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez.

- LÖWY, M. (1995). A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Actuel Marx* nº18, 73-80. Fonte: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>
- MARINI, R. M. (2005). *Dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular.
- MARQUES, S. R. (26 a 29 de julho de 2016). XV Encontro Regional de História "100 anos da Guerra do Contestado: Historiografia, acervos e fontes". *Neoliberalismo: Uma fase atual do neoliberalismo*. Curitiba, PR.
- MARX, K. (1885). *O Capital: para a crítica da economia política*. Livro I (1ª edição, janeiro de 2014 ed., Vol. II). São Paulo: Boitempo.
- MATEUS, R. P. (21 a 31 de julho de 2015). O Consenso de Washington e as propostas do Banco Mundial para a reforma do Estado em perspectiva política (1989-1997). XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Lugares dos historiadores: Velhos e Novos Desafios, (págs. 1-17).
- MORAES, A. D. (2004). *COMUNICAÇÃO, DISCURSO E IDENTIDADE: A construção da identidade capixaba nos jornais A Gazeta e A tribuna*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Comunicação e Cultura - UFRJ).
- NETO, A. F. (2005- 2006). *Midiatização, prática social - prática do sentido*. PROSUL, Encontro da Rede, comunicação, sociedade e sentido.
- OPAS. (1986). *Carta de Ottawa*. Organização Pan-Americana de Saúde. Ottawa. Acesso em 07 de 03 de 2019, disponível em <https://www.opas.org.br/carta-de-ottawa/>
- REIS, A. C., SÓTER, A. M., FURTADO, L. A., & PEREIRA, S. S. (2016). Tudo a temer: financiamento, relação público e privado e o futuro do SUS. *Saúde e Debate*, (págs.122- 135).
- RIZZOTO, M. F. (2000). *O Banco Mundial e as políticas de saúde no Brasil nos anos 90: um projeto de desmonte do SUS*. Campinas, SP: Faculdade de Ciências Médicas- UNICAMP.

ROCHA, B. L. (27 de agosto de 2018). Estamos diante de uma ameaça ultraneoliberal? Acesso em 19 de fevereiro de 2019, disponível em Instituto Umanitas Unisinos: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582176-estamos-diante-de-uma-ameaca-ultraliberal>

SACRAMENTO, I. (Out - Dez de 2016). Saúde, estilo de vida e cultura do consumo em um contexto neoliberal. RECIIS - Revista Eletrônica Comunicação, Informação, Inovação e Saúde, (págs.1-5).

SACRAMENTO, I. (2017). O estudo das mediações e a pesquisa em comunicação e saúde. Em I. SACRAMENTO, Mediações comunicativas da saúde (págs. 11-57). Rio de Janeiro: Fiocruz.

SALVADOR, E. (10 de abril de 2012). I Simpósio Orçamento Público e Políticas Sociais. Fundo Público e financiamento das políticas sociais. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL).

SALVADOR, E. (2017). O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Serviço Social e Sociedade (130), (págs.426-446).

SINGER, A. (2012). Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras.

SODRÉ, M. (2002). Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Rio de Janeiro: Vozes.

SODRÉ, M. (2006). Eticidade, campo comunicacional e midiatização. Em D. (MORAES, Sociedade midiatizada (págs. 19-31). Rio de Janeiro: Mauá X.

STEVANIM, L. F., & MURTINHO, R. (2017). Políticas de comunicação, cidadania e saúde no Brasil contemporâneo. Em I. SACRAMENTO, Mediações Comunicativas em Saúde (págs. 135-164). Rio de Janeiro: Fiocruz.

TEIXEIRA, C. F. (2006). A mudança do modelo de atenção à saúde no SUS. Em C. L. TEIXEIRA, & J. P. SOLLA, Modelo de atenção à saúde: promoção, vigilância e saúde da família (págs. 19-58). Salvador: Edufba.

TELLES, V. d. (1996). DIREITOS SOCIAIS: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG.

## 8. CRONOGRAMA

O presente projeto tem a objetivação de ser um trabalho de conclusão de curso na modalidade projeto de pesquisa que visa posteriormente sofrer adaptações para o ingresso no curso de mestrado. Para tanto, elaboramos o seguinte cronograma de atividades à ser dividido em semestres.

Primeiro ano												
AÇÕES/ETAPAS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Levantamento bibliográfico	x	x	x	x								
Leitura dos textos		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Segundo ano												
AÇÕES/ETAPAS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Realização de análises dos planos	x	x										
Redação		x	x	x	x	x	x					
Ajustes e revisões								x	x	x		
Entrega											x	
Defesa												x